

CIDADE INTELIGENTE E PARTICIPATIVA: elementos contributivos para a participação social na definição dos instrumentos de planejamento orçamentário

LUIZ ANTÔNIO FELIX JUNIOR
UNIVERSIDADE POTIGUAR (UNP)

WENYKA PRESTON LEITE BATISTA DA COSTA
UNIVERSIDADE POTIGUAR (UNP)

LUCIANA GONDIM DE ALMEIDA GUIMARÃES
UNIVERSIDADE POTIGUAR (UNP)

GLAUBER RUAN BARBOSA PEREIRA
UNIVERSIDADE POTIGUAR (UNP)

WALID ABBAS EL-AOUAR
UNIVERSIDADE POTIGUAR (UNP)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

CIDADE INTELIGENTE E PARTICIPATIVA: elementos contributivos para a participação social na definição dos instrumentos de planejamento orçamentário

RESUMO

A participação da sociedade é um aspecto valoroso na governabilidade das cidades, pois fortalece o componente colaborativo dos cidadãos. Tal participação dita como social, no presente estudo, é encarada como um elemento essencial para a construção de uma cidade inteligente. Neste sentido o artigo buscou identificar, a partir da percepção da população, fatores contributivos para a participação social na definição dos instrumentos de planejamento orçamentário. Em relação aos aspectos metodológicos, o estudo é caracterizado por uma abordagem quantitativa e descritiva, utilizando-se da análise multivariada de dados com uma amostra de 235 respondentes. Com os achados do estudo, identificou-se um *framework*, que retrata elementos que colaboram para a participação social na definição dos instrumentos orçamentários da administração pública, considerados como elementos capazes de desenvolver o papel da participação popular, elemento este característico para a definição de uma cidade inteligente, proporcionando uma maior assertividade nas necessidades da sociedade.

Palavras-chave: Participação Social. Cidade Inteligente. Planejamento Orçamentário.

1 INTRODUÇÃO

Em virtude do rápido crescimento habitacional, as cidades buscam ferramentas para garantirem melhores condições de vida (CHOURABI et al., 2012). Dentre essas ferramentas, destaca-se a participação social, definida como um direito humano relevante para todo e qualquer indivíduo (BOTERO, 2008). Pois, o gerenciamento inteligente dos recursos públicos tem se tornado uma preocupação pertinente no âmbito governamental (CADENA et al., 2012).

Ao longo do tempo a participação social foi expandida, considerada como relevante para a construção do processo democrático na gestão pública (HARISSON et al., 2012; BUELE; PABLO, 2006). Logo, uma sociedade só é considerada democrática, com a participação dos cidadãos no processo de gestão (BERRETTA; TURRA; FERRERO, 2019). Por este motivo, a participação social é vista como elemento para o gerenciamento inteligente dos recursos públicos, assim como crescente, pois de acordo com Tavares e Rodrigues (2013) tendências recentes indicam a extensão dessas formas de participação em direção a ferramentas mais ambiciosas, incluindo orçamento participativo, fóruns de discussão e grupos de estudo com a participação dos cidadãos.

Thiel et al. (2016) afirmam que a participação é entendida como um termo muito amplo e que é usado e interpretado de maneira diferente. Esta participação pode se referir a apenas fornecer aos cidadãos informações, bem como a formas mais ativas de participação. Tal participação dita como social, no presente estudo, é encarada como um elemento essencial para a construção de uma cidade inteligente, estando mais voltada para a forma mais ativa de interação. Pois, conforme Giffinger, Haindlwair e Kramar (2010) a participação do cidadão é um critério que deve ser considerado para uma cidade ser entendida como inteligente. Tais cidades inteligentes envolvem um conceito administrativo moderno combinando o desenvolvimento das áreas urbanas com o maior nível de participação dos cidadãos (KLIMOVSKY; PINTERIC; SAPARNIENE, 2016).

A titulação de cidade inteligente compreende um conjunto de fatores, incluindo as soluções tecnológicas, com fatores sociais, técnicos e ambientais. Entre os fatores sociais, tem-se a participação ativa do cidadão (NAM; PARDO, 2011). Por este motivo Caragliu, Del

Bo e Nijkamp (2011) afirmam que nas cidades inteligentes, é através da participação do cidadão que ocorrem os investimentos em capital humano e social, infraestruturas e comunicação (DAWES, 2010). Pois, o cidadão participativo proporciona um melhor atendimento às suas necessidades, garantindo uma melhor qualidade de vida (DE JONG et al., 2015).

O planejamento orçamentário, que é a base financeira para o desenvolvimento das cidades, envolve: cidadãos, serviços e objetivos públicos. Por este motivo, a participação social deve ser figura presente em sua definição. Assim, tal participação no processo orçamentário busca garantir o atendimento às necessidades sociais. Para tanto, recomenda-se que os gestores disponibilizem mecanismos participativos, articulando a participação do cidadão no planejamento orçamentário (MANARA, 2017; FRANKLIN; HO; EBDON, 2009).

Para Salahudin e Zumitzavan (2017), os mecanismos participativos auxiliam na formulação e determinação de políticas públicas, incluindo a participação no planejamento orçamentário, que apoiem as preferências dos cidadãos. Entretanto, os autores apontam que estudos anteriores (JAINURI, 2014; SAPONAH, 2014; SALAHUDIN, 2012; WIJAYA, 2007; WIDWATI, 2007; FITRA, 2007) evidenciam que a relação entre o controle social e o planejamento orçamentário não reflete os valores democráticos. Além de ter sido mostrado que as audiências de planejamento e desenvolvimento são apenas cerimoniais, não havendo a participação ativa da sociedade. Logo, o governo controla e dirige o planejamento orçamentário, não incorporando as necessidades dos cidadãos.

Objetivando melhorias no controle social, torna-se necessário que os cidadãos sejam capazes de identificar elementos da participação social na definição das políticas orçamentárias (SCHWARE; DEANE, 2003). Neste sentido, considerando a participação social como um elemento para a construção de uma cidade inteligente e participativa, o artigo busca identificar, a partir da percepção da população, fatores que contribuem para a participação social na definição dos instrumentos de planejamento orçamentário.

O trabalho justifica-se por discorrer acerca da relevância da participação social no planejamento orçamentário, com o objetivo de garantir uma melhor alocação dos recursos públicos, através da uma governabilidade inteligente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com os valores democráticos, o planejamento orçamentário deve estar relacionado aos cidadãos, aos serviços e objetivos públicos (SALAHUDIN; ZUMITZAVAN, 2017). Sendo a participação pública uma ferramenta para a garantia de políticas orçamentárias que colaborem a necessidade dos cidadãos (FRANKLIN; HO; EBDON, 2009). Visto que as decisões econômicas continuam concentradas nas mãos de poucos, sendo isto uma barreira no avanço da participação social (CICONELLO, 2008).

Diante destes aspectos são evidenciados os elementos: mitigação do interesse público, desenvolvimento de lideranças comunitárias, educação para o controle social e orçamento transparente e participativo. Todos estes, apresentados como ferramentas de auxílio à participação social na definição das chamadas estratégias orçamentárias.

A mitigação do interesse público está relacionada à influência política disposta por partidos e governantes eleitos sobre o direcionamento dos fins orçamentários. Conforme Salahudin e Zumitzavan (2017), o governo intervém na determinação orçamentária fazendo com que os interesses públicos correspondam aos seus próprios interesses. Como também priorizam interesses empresariais em detrimento aos interesses da sociedade (SALAHUDIN; ZUMITZAVAN, 2017).

Desta forma, He (2011) concluiu em seu trabalho que quanto maior for a influência e o papel político do governo na definição das políticas públicas, maior será a chance de que

estas sejam políticas que atendam aos interesses da elite política. Em contrapartida as considerações expostas, Huntington (1996) destaca que o papel ativo da sociedade no processo político é de minimizar os interesses políticos das elites políticas e burocráticas. Pois, se não houver colaboração satisfatória entre o estado, cidadão e grupos privados a forma de governança local não apoiará o atingimento de metas das instituições governamentais (EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2011). Portanto, o processo de definição das políticas públicas deve ser baseado na boa colaboração entre as partes interessadas (EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2011).

O interesse político ainda, por meio do posicionamento político dominante de funcionários e lideranças políticas, dificulta a participação dos grupos civis nas etapas do planejamento orçamentário (HE, 2011). Os grupos civis são entendidos como Ong's e entidades não-políticas que objetivam uma maior participação social e o controle social por meio da população, entendidas como lideranças comunitárias.

Por sua vez, a liderança comunitária desempenha um relevante papel na sociedade democrática (DAVENPORT; SKANDERA, 2003). Por meio dos grupos cívicos desenvolvem-se virtudes e valores fundamentais que permitem aos indivíduos contribuir com as necessidades da sociedade e ajudar a projetar instituições políticas que adotem políticas públicas que apoiem as preferências dos cidadãos (SALAHUDIN; ZUMITZAVAN, 2017). Por este motivo, são entendidas como capacitadoras, pois são responsáveis por habilitar pessoas para que elas tenham espaço para defender suas aspirações ao governo (ADDOR, 2018; DAVENPORT; SKANDERA, 2003).

A partir de Salahudin e Zumitzavan (2017), conclui-se então que o desenvolvimento das lideranças comunitárias significa a capacidade do aumento da conscientização do executivo e do legislativo para que eles estejam mais transparentes em relação à participação ou ao envolvimento do público, aumentando assim a conscientização dos cidadãos em relação aos seus direitos e necessidades.

Como mencionado por Davenport e Skandera (2003), as lideranças comunitárias têm um papel relevante de capacitação das pessoas para que estas possam ser mais participativas. Logo, a educação política da população toma evidência como um elemento relevante para a participação social.

A educação política, portanto, é considerada o principal veículo de reforma intelectual e moral, a fim de despertar a consciência coletiva dos cidadãos como agentes de mudança social (EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2011). Para Salahudin e Zumitzavan (2017), além ganhar conhecimento e compreensão das causas públicas, o conhecimento crítico que impulsiona a atuação popular, desenvolveria na população um senso de responsabilidade social e alcançaria nestas pessoas uma nova perspectiva além das fronteiras da vida pessoal. No estudo de Addor (2018) este elemento foi identificado como resultado de estudo e intitulado de Politização da População, pois para este apenas por meio da cultura política da sociedade é que os projetos democráticos poderão ter continuidade. De forma conclusiva, baseada na constatação de Franklin, Ho e Ebdon (2009) entende-se que a educação pode trazer importantes resultados, já que a temática dos orçamentos governamentais é complexa.

O orçamento transparente e participativo tem por finalidade alinhar as decisões orçamentárias e definir ações realizadas com recursos públicos. Através da relação entre o orçamento e os cidadãos, o governo realiza uma gestão eficiente, oferecendo serviços de qualidade. Contudo, os papéis desenvolvidos pelos cidadãos no orçamento são imprescindíveis para a determinação das suas necessidades, garantindo que o interesse público seja atendido (FRANKLIN; HO; EBDON, 2009). Entretanto, é essencial que se tenha transparência na fase de elaboração do orçamento, uma vez que o processo participativo, só se torna possível, se os cidadãos/eleitores/contribuintes tiverem acesso às informações e discussões (PIRES, 2010). Neste sentido Tygel et al. (2016) relatou que os dados

orçamentários formam um dos principais motivos que ocasiona a abertura e publicação de dados para a população, pois além de melhorar a transparência das contas públicas este também pode melhorar a participação democrática.

Para Santos, Lopes e Monte (2016), o orçamento transparente, aberto e participativo é considerado como modelo de democratização nas decisões que envolvem a sociedade e o poder público, demonstrando além das demandas legais, discussões e decisões de aplicação de recursos. Dessa forma, o planejamento e a elaboração do orçamento deve ser transparente, aberto e participativo, possibilitando que a sociedade tenha a oportunidade de fornecer e discutir, as suas necessidades, bem como as prioridades das mesmas (SALAHUDIN; ZUMITZAVAN, 2017).

Visto que, de acordo com Santos et al. (2017) a participação social na estruturação do orçamento público é indispensável, assim como o devido acompanhamento de sua execução, para que uma vez reservados os recursos estes possam ser aplicados ao seu correto destino, correspondendo a uma apropriada execução orçamentária.

3 MÉTODO

Este estudo é caracterizado por uma abordagem quantitativa e descritiva, pois retrata fatores que levam a participação social na definição das estratégias orçamentárias dos governos.

A amostra é não probabilística e contou com 235 respondentes. Para a purificação dos dados 7 casos foram eliminados, sendo 3 por não serem da região nordeste (região de aplicação da pesquisa), e 4 casos foram eliminados por concentrarem respostas em uma única alternativa da escala *Likert*. Desta forma, a amostra final do estudo foi composta por 228 respondentes. A coleta ocorreu no período de 17 de janeiro a 07 de fevereiro de 2019. Os respondentes foram abordados presencialmente, à distância via *e-mail* e pelas mídias sociais. Na submissão de questionários *online* utilizou-se o método *Snowball*, o formulário eletrônico foi inicialmente enviado aos contatos dos pesquisadores, que posteriormente o enviou para outros respondentes (HAIR et al., 2010).

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se um questionário, contendo a caracterização dos respondentes, nível de conhecimento acerca do orçamento público, neste momento aqueles que não possuíam nenhum conhecimento assinalaram 0 - não conheço, os que possuíam conhecimento avaliaram o seu nível em uma escala variando entre 1- fraco conhecimento e 5 - excelente conhecimento. O questionário também contou com levantamento de questões fechadas, acerca dos elementos colaborativos para a participação social na definição dos instrumentos orçamentário público, estruturadas em escala *Likert* de 5 pontos, sendo o intervalo definido: 1 - discordo totalmente e 5 - concordo totalmente. O referido questionário foi validado por dois especialistas da área objetivando melhor entendimento das questões.

Para o desenvolvimento das questões que tratam sobre participação social na definição dos instrumentos orçamentário público utilizou-se como base principal o trabalho desenvolvido por Salahudin e Zumitzavan (2017). Foram desenvolvidas 18 variáveis observáveis, sendo obtidos 12,67 respondentes por variável, demonstrando que o tamanho da amostra é representativo para o estudo, pois para cada variável observável, se faz necessário de 5 a 10 respondentes (HAIR et al., 2010). Tais elementos identificados apresentam-se abaixo no Quadro 1:

Quadro 1 - Fatores e variáveis observáveis determinantes para a participação social

Mitigação do interesse político (MIP)

MIP1) Os governantes direcionam os interesses da população para fazer com que os interesses públicos correspondam aos seus próprios interesses. MIP2) Os gestores públicos promovem os interesses dos empresários e não os interesses da sociedade. MIP3) Quanto maior for os papéis políticos do governo e dos políticos no processo de definição de políticas públicas, maior a probabilidade de o processo produzir resultados que atendam aos interesses meramente políticos.	Salahudin e Zumitzavan (2017) e He (2011)
Educação para controle social (ECS)	
ECS1) Quando a população adquire conhecimento e compreende as entidades públicas ela desenvolve um senso de responsabilidade social, alcançando assim novas perspectivas além das fronteiras da vida pessoal. ECS2) Para uma maior participação da sociedade nas decisões políticas se faz necessário capacitações por meio de seminários, workshops, publicações e cursos. ECS3) A educação política é considerada o principal veículo de reforma intelectual e moral, a fim de transformar os cidadãos em agentes de mudança social, desenvolvendo assim uma consciência coletiva na população.	Salahudin e Zumitzavan (2017), Emerson, Nabatchi e Balogh (2011) e Davenport e Skandera (2003)
Desenvolvimento de lideranças comunitárias (DLC)	
DLC1) O líder comunitário é peça chave para a representatividade dos bairros perante as decisões tomadas pelos gestores públicos na definição orçamentária. DLC2) O papel central dos grupos cívicos (Ong's e entidades não-políticas de combate a corrupção) é capacitar as pessoas e defender o povo para que possam ter acesso a seus direitos. DLC3) A atuação de grupos cívicos aumentam a conscientização do executivo e do legislativo para que eles se abram para a participação ou o envolvimento do público, aumentando assim a conscientização dos cidadãos em relação a seus direitos e necessidades.	Salahudin e Zumitzavan (2017) e Davenport e Skandera (2003)
Orçamento transparente e aberto (OTA)	
OTA1) O planejamento, elaboração e a discussão para o estabelecimento de uma legislação orçamentária, deve ser transparente e aberto, de modo que toda a sociedade tenha ampla oportunidade de fornecer insumos aos processos. OTA2) A exposição do orçamento público, na sua fase de elaboração, à população, por meio de audiências públicas, é uma ferramenta de transparência que permite a participação da população. OTA3) A existência de canais que possibilitem o contato direto entre a população e os representantes legais gera maior participação da população, como por exemplo, reuniões em bairro. OTA4) Informar as decisões tomadas pelos gestores, é um mecanismo de retorno a comunidade em relação a suas demandas, demonstrando o poder de participação da sociedade na administração pública.	Salahudin e Zumitzavan (2017) e Franklin, Ho e Ebdon (2009)
Planejamento orçamentário com participação social (POPS)	
POPS1) A participação pública no processo orçamental é uma forma importante de garantir que a política orçamental responda às necessidades dos cidadãos. POPS2) As autoridades locais devem desenvolver mecanismos participativos, para que a participação do cidadão nas tomadas de decisões orçamentárias sejam articuladas. POPS3) Com a participação pública da sociedade, nas ações orçamentárias desenvolvidas pelos órgãos públicos os problemas da vida em uma sociedade podem ser resolvidos. POPS4) O processo de definição das ações orçamentárias deve considerar uma boa colaboração entre Estado e Sociedade afim de atingir as metas das instituições governamentais. POPS5) O papel ativo da sociedade no processo político minimiza os interesses políticos na definição do planejamento orçamentário.	Salahudin e Zumitzavan (2017), Emerson, Nabatchi e Balogh (2011), Franklin, Ho e Ebdon (2009) e King, Felty e Susel (1998)

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Como técnica proposta para a análise e interpretação dos dados foi feita estatística descritiva, observando as médias e frequência das variáveis da pesquisa, bem como a análise multivariada de dados, mais especificamente através de análise fatorial exploratória e confirmatória intra-bloco que são técnicas que contribuem para a validação estatística de variáveis e fatores observáveis, que foram inicialmente elaborados com base em preceitos teóricos. Desta forma, tais técnicas estatísticas são usadas para testar a confiabilidade, integridade e normalidade dos dados e a escala (Hair et al., 2010; De Guimarães et al., 2018; Severo et al., 2018).

Para o desenvolvimento da análise fatorial exploratória (AFE) e a análise fatorial confirmatória (AFC) os índices de base foram estabelecidos por meio de Hair Jr. et al. (2010) e Marôco (2010), sendo eles: i) *Alpha* de Cronbach (> 0.6); ii) *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO)

(=ou> 0.5); iii) Esfericidade de *Bartlett* ($p < 0.05$); iv) Carga fatorial (=ou> 0.5); v) Comunalidade (= ou> 0.5). O *Software* utilizado para o desenvolvimento das técnicas de análise foi o SPSS 21.0.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES E PERCEPÇÃO DA TEMÁTICA

Acerca do nível de escolaridade 80,3% deles possuem no mínimo o ensino superior, sendo 36% com grau de especialista e/ou mestre, demonstrando a capacitação dos respondentes para participação no estudo. A Tabela 1 apresenta o conhecimento destes respondentes acerca do tema objeto de avaliação do estudo.

Tabela 1 - Conhecimento sobre a temática da pesquisa

Qual seu grau de conhecimento sobre alguns destes termos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA)?			
	Frequência	Percentual	Acumulativo
Não conheço	13	5,7	5,7
Fraco	35	15,4	21,1
Pouco satisfatório	47	20,6	41,7
Satisfatório	51	22,4	64,0
Bom	55	24,1	88,2
Excelente	27	11,8	100,0
Média	2,79		
Qual seu nível de conhecimento sobre Orçamento Público?			
	Frequência	Percentual	Acumulativo
Não conheço	8	3,5	3,5
Fraco	17	7,5	11,0
Pouco satisfatório	63	27,6	38,6
Satisfatório	67	29,4	68,0
Bom	53	23,2	91,2
Excelente	20	8,8	100,0
Média	2,877		
Você já participou de alguma audiência pública ou evento realizado para ouvir a opinião do cidadão em relação as ações governamentais?			
	Frequência	Percentual	Acumulativo
Sim	53	23,2	23,2
Não	175	76,8	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Baseado nestes achados pode-se constatar que o nível de conhecimento dos respondentes está entre pouco satisfatório e satisfatório, inferindo que estes possuem algum conhecimento sobre a temática de pesquisa, principalmente quando questionados sobre o nível de conhecimento sobre orçamento público, por este ser um termo mais comum e usual.

Sobre a participação do cidadão em atividades de definição das ações governamentais observa-se uma baixa participação social nestes espaços, pois apenas 23,2% dos pesquisados relatou já ter participado em algum momento de atividades desta natureza. Este fato pode estar associado a incapacidade dos governantes envolverem os cidadãos neste processo ou ao desinteresse da sociedade em participações nos atos da gestão pública. Corroborando com as considerações de Salahudin e Zumitzavan (2017), quando evidenciam que a relação entre o controle social e o planejamento orçamentário não reflete os valores democráticos, constatando que existe uma falta de socialização por parte dos governos.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Analisando os resultados descritivos infere-se que as variáveis observáveis da pesquisa, conforme a Tabela 2, apresentam altas concordâncias e consequentemente baixos desvios-padrões.

Tabela 2 – Média e desvio padrão por variável observável

Fatores	Siglas	Média	Desvio padrão
Mitigação do interesse político (MIP)	MIP1	3,82	1,07
	MIP2	3,90	1,07
	MIP3	3,99	0,96
Educação para controle social (ECS)	ECS1	4,57	0,73
	ECS2	4,14	0,97
	ECS3	4,23	0,88
Desenvolvimento de lideranças comunitárias (DLC)	DLC1	3,82	1,04
	DLC2	3,96	0,91
	DLC3	3,81	1,04
Orçamento transparente e aberto (OTA)	OTA1	4,46	0,76
	OTA2	4,53	0,76
	OTA3	4,38	0,78
	OTA4	4,44	0,79
Planejamento orçamentário com participação social (POPS)	POPS1	4,39	0,84
	POPS2	4,43	0,83
	POPS3	3,82	0,98
	POPS4	4,34	0,84
	POPS5	3,61	1,26

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Baseado nas descrições das médias das variáveis, conclui-se que estas tendem a se aproximar do grau de concordância.

A ECS1 é a variável do estudo com maior média (4,57) e menor desvio padrão (0,73) demonstrando a alta concordância sobre o fato de que quando a população adquire conhecimento e compreende as entidades públicas ela desenvolve um senso de responsabilidade social, alcançando assim novas perspectivas além das fronteiras da vida pessoal. Concluindo que a população é consciente da importância da participação popular nas decisões de governo e que o conhecimento é uma “chave” para o sucesso deste processo. Já a POPS5 possui a menor média (3,61) e maior desvio padrão (1,26) do estudo, demonstrando que a população tem menor credibilidade na premissa de que o papel ativo da sociedade no processo político minimiza os interesses políticos na definição do planejamento orçamentário. Concluindo que a percepção popular é a de que mesmo com o poder ativo da população os políticos sempre conseguirão influenciar com seus interesses as definições orçamentárias.

Para um melhor entendimento e detalhamento da representatividade de cada variável em relação ao seu fator como contribuição para a construção do estudo e para a determinação dos elementos que mais se destacam como contributivos na participação social na determinação dos instrumentos orçamentários, são analisadas as Tabelas que apresentam as frequências em percentual dos níveis de concordância e discordância, por variável.

Na Tabela 3, estão apresentadas as variáveis que tratam sobre Mitigação do Interesse Político. Considerando as opções concordo parcialmente e concordo totalmente, todas as variáveis possuem um alto nível de concordância: MIP1 (73,7%), MIP2 (74,1%) e MIP3 (73,2).

Tabela 3 - Frequência das variáveis que compõe o fator Mitigação do Interesse Político

Variável	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
MIP1	3,9%	10,5%	11,8%	46,1%	27,6%	100%
MIP2	3,9%	8,3%	13,6%	42,1%	32,0%	100%
MIP3	1,3%	6,6%	18,9%	38,6%	34,6%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A de maior destaque (MIP2) trata sobre a capacidade dos gestores públicos promoverem os interesses dos empresários e não os interesses da sociedade. Demonstrando a ciência da população sobre este fato, reforçando a capacidade do interesse político ser um inibidor da atuação da sociedade. Assim, como afirmam Salahudin e Zumitzavan (2017) quando alertam que os gestores públicos muitas vezes priorizam interesses empresariais em detrimento aos interesses da sociedade.

No que diz respeito a fator Educação para o Controle Social, conforme a Tabela 4, as suas variáveis também demonstram uma alta concordância: ECS1 (92,5%), ECS2 (82,9) e ECS3 (85,10).

Tabela 4 - Frequência das variáveis que compõe o fator Educação para o Controle Social

Variável	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
ECS1	0,4%	2,2%	4,8%	25,4%	67,1%	100%
ECS2	2,6%	5,3%	9,2%	41,2%	41,7%	100%
ECS3	0,9%	5,3%	8,8%	39,9%	45,2%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Apesar de todas as variáveis possuírem altos índices de concordância a afirmação ECS1 foi a que obteve um percentual de afirmações “concordo totalmente” superior as demais. Como já exposto esta variável possui maior média dentre as observadas e apresenta a capacidade da educação como elemento transformador da participação social, fortalecendo o fator educação como um componente responsável pela maior participação popular na determinação dos elementos orçamentários. Assim, a educação política, é considerada o principal veículo de reforma intelectual e moral, a fim de despertar a consciência coletiva dos cidadãos como agentes de mudança social (EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2011).

A Tabela 5 aborda o fator Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias com percentuais de afirmação total de DLC1 (67,5%) DLC2 (76,3%) e DLC3 (69,3%).

Tabela 5 - Frequência das variáveis que compõe o fator Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias

Variável	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
DLC1	1,8%	11,8%	18,9%	37,7%	29,8%	100%
DLC2	2,2%	4,4%	17,1%	47,8%	28,5%	100%
DLC3	3,1%	9,6%	18,0%	41,7%	27,6%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

A variável de destaque deste fator é a DLC2 que aborda a importância dos grupos cívicos (Ong's e entidades não-políticas de combate a corrupção) na capacitação da população e na defesa do povo para que possam ter acesso a seus direitos. Este fator afirma a necessidade do apoio de entidades que estejam fora do ciclo de interesses políticos na representação e auxílio da população na determinação dos instrumentos orçamentários. Esse achado corrobora com o entendimento Abdor (2018) e Davemport e Skandera (2003) pois os autores enfatizam que estas organizações são entendidas como capacitadoras, responsáveis por habilitar pessoas para que elas tenham espaço para defender suas aspirações ao governo. Complementando, Salahudin e Zumitzavan (2017) salientam que por meio dos grupos cívicos

desenvolvem-se virtudes e valores fundamentais que permitem aos indivíduos contribuir com as necessidades da sociedade e ajudar a projetar instituições políticas que adotem políticas públicas que apoiem as preferências dos cidadãos.

Os resultados descritivos sobre o fator Orçamento Transparente e Aberto, são expostos na Tabela 6. Este fator possui variáveis com alto grau de concordância em todas as variáveis: OTA1 (89,5%), OTA2 (92%), OTA3 (89%) e OTA4 (89,5%).

Tabela 6 - Frequência das variáveis que compõe o fator Orçamento Transparente e Aberto

Variável	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
OTA1	0,4%	1,8%	8,3%	30,3%	59,2%	100%
OTA2	1,3%	0,9%	5,7%	28,0%	64,0%	100%
OTA3	0,9%	1,8%	8,3%	36,8%	52,2%	100%
OTA4	1,3%	0,9%	8,3%	31,6%	57,9%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A variável OTA2 é a de maior destaque, 64,0% dos respondentes concordaram totalmente e 28,0% parcialmente, somando 92% de concordância. Esta questão trata da exposição do orçamento público, na sua fase de elaboração, à população, por meio de audiências públicas, como uma ferramenta de transparência, capaz de gerar participação da população. Este elemento caracteriza a importância da existência das audiências públicas na definição orçamentária na administração pública. Tendo em vista que a participação social na estruturação do orçamento público é indispensável para que os recursos possam ser aplicados em seu correto destino, correspondendo a uma apropriada execução orçamentária (SANTOS et al., 2017).

No tocante ao fator Planejamento Orçamentário com Participação Social a variável de menor grau de concordância é a POPS5, como já observado na avaliação da média e desvio-padrão da variável, bem como conforme a Tabela 7. Aferindo que a credibilidade da população em seu papel ativo da sociedade no processo político, está baixa em relação a capacidade de minimizar os interesses políticos na definição do planejamento orçamentário.

Tabela 7 - Frequência das variáveis que compõe o fator Planejamento Orçamentário com Participação Social

Variável	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
POPS1	2,2%	1,3%	6,1%	36,0%	54,0%	100%
POPS2	0,9%	3,1%	7,5%	29,4%	59,2%	100%
POPS3	2,2%	11,8%	9,6%	53,5%	22,8%	100%
POPS4	1,8%	1,3%	9,6%	35,5%	51,8%	100%
POPS5	9,2%	12,3%	14,0%	37,3%	27,2%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Com o maior destaque entre as variáveis está a POPS1. Esta questão compreende a capacidade da participação pública no processo orçamental fazendo com que este responda às necessidades dos cidadãos. Dessa forma, Franklin, Ho e Ebdon (2009) enfatizam que a participação pública uma ferramenta para a garantia de políticas orçamentárias que colaborem a necessidade dos cidadãos, pois é através dessa participação que torna-se evidente o que realmente a população carece.

Em síntese, compreende-se que todas as variáveis observáveis do estudo possuem alto nível de concordância. Mas, existem elementos que se destacam por cada fator apresentado teoricamente concluindo que a percepção da população está voltada para a descrença quanto aos gestores públicos, por concordarem que os interesses dos empresários apresentam-se a frente dos interesses da sociedade. A sociedade apresenta a necessidade de maior capacitação

para aumentar a capacidade de participação social, por acreditar que a participação social trará uma resposta para as necessidades reais da sociedade. Adicionalmente, mostrou-se relevante a influência de grupos cívicos, isentos de interesse político, para contribuir com o poder de participação social, assim como a existência de audiências públicas como meio de exposição e participação ativa da comunidade.

4.3 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA E CONFIRMATÓRIA

Com o objetivo de avaliar a possibilidade de utilização da técnica da análise fatorial, realizou-se os testes de KMO e Esfericidade de *Bartlett*, onde foi verificado se as variáveis do estudo estão correlacionadas e assim permitem o uso da análise fatorial. A Tabela 8 apresenta um KMO acima do preconizado na metodologia do estudo, assim como o teste de *Bartlett* apresentou significância, concluindo que há correlação entre as variáveis do estudo.

Tabela 8 - Resultado dos testes de consistência das variáveis observáveis para uso da análise fatorial

Alpha de Cronbach	Esfericidade de Bartlett		KMO	% Var. explicada
	Qui-quadrado	Sig.		
0,810	1065,128	0,000	0,818	56,268

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Por meio da Tabela 8, observa-se um *Alpha* de *Cronbach* acima de 0.6, demonstrando a confiabilidade das variáveis do estudo e que elas representam 56,268% de variabilidade dos dados que explicam a participação social na determinação dos instrumentos orçamentários.

Ainda se desenvolveu o teste de *Pearson* para verificar a existência de multicolineariedade entre as variáveis, quando elas possuem correlação acima de 0,8 (HAIR et al., 2010). A maior correlação identificada foi de 0,567. Mediante as observações realizadas concluiu-se que a análise fatorial é adequada ao estudo.

Para a validação do instrumento utilizou-se de 18 variáveis observáveis trabalhadas por meio da técnica de análise fatorial para assim verificar a correlação existente entre estas variáveis. A análise fatorial é frequentemente utilizada nas pesquisas em ciências sociais e humanas, sendo este um método estatístico multivariado, assumindo que a correlação entre as variáveis vem do compartilhamento e da relação que essas variáveis têm com um fator comum (KAMAKURA; WEDEL, 2000; MILER, 2009).

Realizou-se análise fatorial exploratório (AFE) com rotação *varimax*, que auxilia a dividir o conjunto original de variáveis em subconjuntos com maior grau de independência (SEVERO; DORION; GUIMARÃES, 2017). Assim como a teoria proposta no estudo, a análise fatorial identificou cinco fatores que contribuem para a participação social na definição dos instrumentos orçamentários (Tabela 9).

Tabela 9 – Fatores extraídos da análise fatorial exploratória e percentual de variação explicada

Novos fatores	% de variância	% cumulativa	Variáveis observáveis
FATOR 1	27,794	27,794	OTA1, OTA2, OTA3, OTA4, POPS1, POPS2, POPS4
FATOR 2	8,213	36,007	DLC1, DLC2, DLC3
FATOR 3	7,552	43,560	ECS1, ECS2, ECS3
FATOR 4	6,852	50,411	MIP1, MIP2, MIP3
FATOR 5	6,217	56,628	POPS3 e POPS5

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Os fatores, desenvolvimento de lideranças comunitárias (DLC), educação para controle social (ECS) e mitigação do interesse político (MIP) permaneceram conforme apresentado no método do estudo, contudo o fator orçamento transparente e aberto (OTA)

reuniu variáveis do fator planejamento orçamentário com participação social (POPS), gerando assim uma nova percepção para este elemento que reúne as capacidades da transparência do orçamento e a participação da sociedade na sua definição que por sua vez passou a ser intitulado de orçamento transparente, aberto e participativo (OTAP). Já o fator POPS passou a contar com apenas duas variáveis que representam o quanto a sociedade precisa estar disponível no processo de participação social, por este motivo o novo fator foi intitulado de sociedade ativa e participativa (SAP).

Desta forma, conforme apresentado pela Tabela 10, testando o modelo teórico de composição dos fatores por meio de suas respectivas variáveis observáveis e utilizando-se da AFE, identificou-se a seguinte composição capaz de representar fatores de contribuição para a participação social na definição orçamentária.

Tabela 10 – Fatores extraídos da análise fatorial exploratória (rotação *varimax*)

Fatores	Construto	Variáveis observáveis	Carga fatorial	Comunalidade	Anti-imagem
1	Orçamento transparente, aberto e participativo (OTAP)	OTAP1	0,656	0,507	0,790
		OTAP2	0,721	0,577	0,894
		OTAP3	0,537	0,551	0,823
		OTAP4	0,753	0,675	0,877
		OTAP5	0,605	0,449	0,903
		OTAP6	0,693	0,536	0,848
		OTAP7	0,507	0,452	0,877
2	Desenvolvimento de lideranças comunitárias (DLC)	DLC1	0,703	0,528	0,705
		DLC2	0,739	0,709	0,739
		DLC3	0,687	0,614	0,783
3	Educação para controle social (ECS)	ECS1	0,528	0,514	0,876
		ECS2	0,688	0,605	0,830
		ECS3	0,725	0,573	0,809
4	Mitigação de interesse político (MIP)	MIP1	0,634	0,470	0,784
		MIP2	0,746	0,675	0,408
		MIP3	0,654	0,642	0,695
5	Sociedade ativa e participativa (SAP)	SAP1	0,526	0,495	0,851
		SAP2	0,783	0,621	0,604

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Como resultado, obtiveram-se cinco grupos de variáveis observáveis (5 construtos), retratando que os resultados estatísticos complementam os elementos teóricos defendidos neste estudo, pois todas as variáveis observáveis prevista no modelo teórico juntamente com seus respectivos fatores são suportados por meio da observação empírica da análise dos dados, quando analisadas as suas cargas fatoriais, comunalidades e anti-imagens. Contudo, fatores como OTA e POPS foram ajustados conforme os resultados estatísticos e as considerações teórica dando espaço as variáveis OTAP e SAP.

No que tange aos aspectos teóricos acerca do orçamento transparente, aberto e participativo (OTAP) e a sociedade ativa e participativa (SAP), pode-se ressaltar a percepção de Santos, Lopes e Monte (2016), quando os autores enfatizam que o orçamento transparente, aberto e participativo é considerado como um modelo de democratização nas decisões que envolvem a sociedade e o poder público. Dessa forma, o planejamento e a elaboração do orçamento deve ser transparente, aberto e participativo, possibilitando que toda a sociedade tenha a oportunidade de fornecer e discutir, as suas necessidades, fortalecendo o caráter ativo e participativo da sociedade (SALAHUDIN; ZUMITZAVAN, 2017).

As variáveis OTAP5, OTAP7, MIP1 e SAP1 demonstraram uma comunalidade abaixo do estabelecido (>0.5), contudo expressa uma boa carga fatorial e uma anti-imagem expressiva, bem como teoricamente auxiliam na representação dos seus respectivos

construtos. Já as variáveis que melhor representam cada construto, por possuírem a maior carga fatorial, são: OTAP4 (informar as decisões tomadas pelos gestores à sociedade demonstra o poder de participação as sociedade), DLC2 (os grupos cívicos tem o papel de capacitar a sociedade para que elas possam ter acesso aos seus direitos), ECS3 (a educação política transforma traz consciência coletiva para a população), MIP2 (Os gestores públicos promovem os interesses dos empresários e não os interesses da sociedade) e SAP2 (O papel ativo da sociedade no processo político minimiza os interesses políticos na definição do planejamento orçamentário).

Desta forma, todas as variáveis observáveis possuem carga fatorial, comunalidade e anti-imagem acima do estabelecido no método do estudo como preconizado por Hair et al. (2010), como sendo aceito aqueles que possuírem índices acima de 0.5. Por meio da carga fatorial conclui-se que os fatores são bem representados por suas variáveis e observando a comunalidade e a anti-imagem do estudo conclui-se que as variáveis estão bem relacionadas entre si, auxiliando na representação dos fatores.

Após a identificação dos construtos por meio do AFE, realizou-se a análise fatorial confirmatória intra-bloco, observando a representatividade de cada construto identificando-se a Esfericidade de *Bartlett*, KMO e a variância explicada, assim como também se desenvolveu o teste de confiabilidade de *Alpha* de *Cronbach* por construto, conforme exposto na Tabela 11:

Tabela 11 - Análise fatorial intra-bloco e teste de confiabilidade

Construto	Alpha de Cronbach	Esfericidade de Bartlett		KMO	% Var. explicada
		Qui-quadrado	Sig.		
Orçamento transparente, aberto e participativo (OTAP)	0,814	444,634	0,000	0,857	80,202
Desenvolvimento de lideranças comunitárias (DLC)	0,640	97,543	0,000	0,622	58,756
Educação para controle social (ECS)	0,641	73,265	0,000	0,641	56,391
Mitigação de interesse político (MIP)	0,486	36,472	0,000	0,601	49,472
Sociedade ativa e participativa (SAP)	0,365	12,247	0,000	0,500	61,496

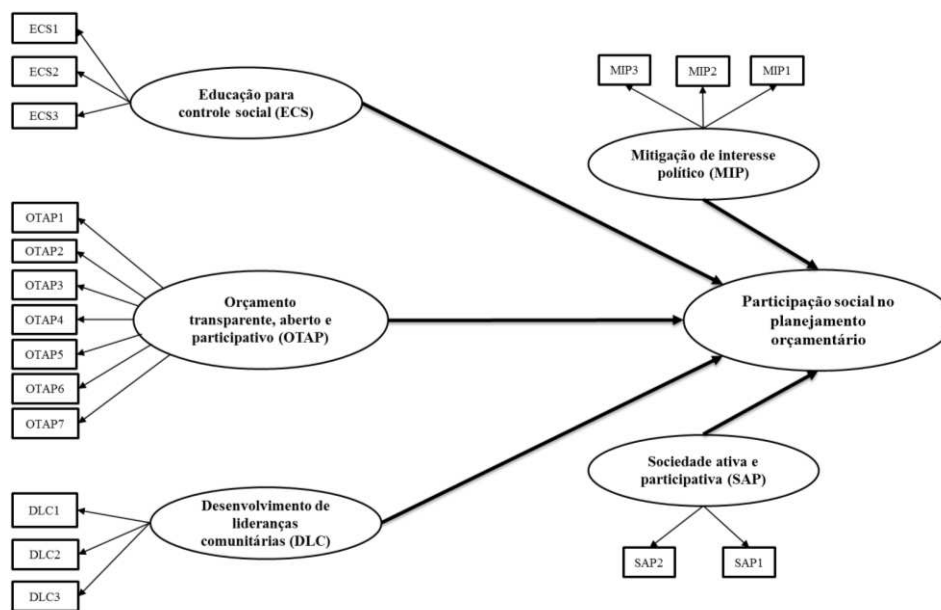
Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Cada fator apresenta resultados do teste de Esfericidade de *Bartlett* e KMO adequados aos parâmetros estabelecidos no método, mostrando que o tratamento de análise fatorial realizado é uma técnica consistente para a amostra da pesquisa e que cada construto individualmente possui relevância na capacidade explicativa e integridade.

Já a consistência interna de cada fator foi avaliada pelo *alfa* de *Cronbach*, demonstrando confiabilidade na representação dos fatores como variáveis latentes do estudo, apesar dos construtos MIP e SAP estarem abaixo do esperado, eles apresentam recomendável KMO e um teste de *Bartlett* significativo, além de expressarem um alto % de variância explicada. Dentre os construtos identificados toma destaque o OTAP por seu maior nível de confiabilidade, KMO e % variância explicada.

Mediante as constatações teóricas apresentadas e validadas pelos procedimentos estatísticos utilizados identificou-se um *framework*, conforme a Figura 1, que retrata elementos que colaboram para a participação social na definição dos instrumentos orçamentários da administração pública. Estes fatores evidenciados são elementos capazes de desenvolver o papel da participação popular na administração pública, elemento este característico para a definição de uma cidade inteligente, proporcionando uma maior assertividade nas necessidades da sociedade.

Figura 1 – Framework sobre participação social no planejamento orçamentário



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Com os resultados, constatou-se que a participação do cidadão é considerada uma prática para produzir um ambiente democrático, através da atuação participativa do cidadão no acompanhamento, formulação e implementação das políticas desenvolvidas (COLLDAHL, et al., 2013; HARISSON et al., 2012; EBDON, 2006). Os achados empíricos da pesquisa em relação ao orçamento transparente, aberto e participativo e a sociedade ativa e participativa, reforçam que a participação social no processo orçamentário, torna-se indispensável para garantir o atendimento às necessidades dos cidadãos e para uma governabilidade inteligente (FRANKLIN; HO; EBDON, 2009).

5 CONCLUSÃO

Teoricamente o estudo apresentou 18 variáveis que representam elementos contributivos para participação social na definição dos instrumentos de planejamento orçamentário, distribuídas em cinco fatores, sendo eles: Mitigação do interesse político (MIP), Educação para controle social (ECS), Desenvolvimento de lideranças comunitárias (DLC), Orçamento transparente e aberto (OTA) e Planejamento orçamentário com participação social (POPS).

Com os resultados do estudo, optou-se por evidenciar a representatividade de cada variável em relação ao seu fator como contribuição para a construção do estudo e para a determinação dos elementos que se destacam como contributivos na participação social na determinação dos instrumentos orçamentários, buscando possibilitar um melhor entendimento. Dessa forma, destacam-se as variáveis por fator (MIP, ECS, DLC, OTA E POPOS respectivamente) com maior nível de concordância, sendo estas: a variável que trata sobre a capacidade dos gestores públicos promoverem os interesses dos empresários e não os interesses da sociedade (MIP2), variável que apresenta a capacidade da educação como elemento transformador da participação social (ECS1), variável que aborda a importância dos grupos cívicos (Ong's e entidades não-políticas de combate a corrupção) na capacitação da população e na defesa do povo para que possam ter acesso a seus direitos (DLC2), variável que trata da exposição do orçamento público, na sua fase de elaboração, à população, por meio de audiências públicas, como uma ferramenta de transparência, capaz de gerar

participação da população (OTA2) e a que compreende a capacidade da participação pública no processo orçamental fazendo com que este responda às necessidades dos cidadãos (POPS1).

Com base nos resultados estatísticos, tais fatores teoricamente definidos complementam-se entre si, pois todas as variáveis observáveis previstas no modelo teórico juntamente com seus respectivos fatores são suportadas por meio da observação empírica da análise dos dados, contudo fatores como OTA e POPS foram ajustados conforme os resultados estatísticos e as considerações teóricas, dando espaço aos fatores: Orçamento transparente, aberto e participativo (OTAP) e Sociedade ativa e participativa (SAP).

Neste sentido, a contribuição gerencial do estudo se dá por meio da identificação de um *framework*, trazendo elementos capazes de desenvolver a participação popular na definição dos instrumentos orçamentários, ocasionando uma maior assertividade nas necessidades da sociedade, elemento este característico para a definição de uma cidade inteligente.

No que diz respeito à contribuição acadêmica e para ciência o estudo apresenta uma escala com elementos que colaboram para a participação social na definição dos instrumentos orçamentários da administração pública, representada teoricamente e validada estatisticamente, contribuindo para a continuidade dos estudos sobre a participação social, como um elemento primordial para a sustentação da cidade inteligente.

Como perspectiva para estudos futuros indica-se a utilização da escala apresentada com outras localidades, pois as características culturais podem contribuir para achados diferentes, bem como com a inclusão de novos fatores que possam colaborar com o processo de participação social, não só em nível orçamentário, como nas diversas partes atendidas pelos governos.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F. Reflexões sobre democracia participativa na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 6, p. 1108-1124, nov./dez. 2018.

BERRETTA, D.; TURRA, S.; FERRERO. **Prespuestado Participativo Joven**. Disponível em: <<http://www.rosario.gov.ar/sitio/verArchivo?id=4342&tipo=o>>. Acesso em: 20 de jan. 2019.

BOTERO, P. Perspectivas teóricas para comprender la categoría participación ciudadana-política juvenil en Colombia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud**, p. 656-611, 2008.

BUELE, I.; PABLO, V. University and Participative Democracy: Adoption, Perception and Impact - Case Study Universidad Politécnica Salesiana. **Universal Journal of Educational Research**, v. 4, n. 10, p. 2367-2372, 2016.

CADENA, A.; DOBBS, R.; REMES, J. The growing economic power of cities. **Journal of International Affairs**, v. 65, n. 2, p. 1-17, 2012.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; Nijkamp, P. Smart cities in Europe. **Journal of Urban Technology**, v. 18, n. 2, p. 65-82, 2011.

CHOURABI, H. et al. Understanding smart cities: an integrative framework. 45th. In: **Hawaii International Conference on System Sciences**, p. 2289-2297, 2012.

CICONELLO, A. A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil. **From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World**, Oxfam International, 2008.

- COLLDAHL, C. et al. **Smart cities: Strategic sustainable development for an urban world.** (Master's dissertation) Karlskrona, Sweden: Blekinge Institute of Technology, 2013.
- DAVENPORT, D.; SKANDERA, H. **Civic Associations.** In: BERKOWITZ, P. *Never a Matter of Indifference: Sustaining Virtue in a Free Republic.* Estados Unidos: Hoover Institution Press, p. 59-83, 2003.
- DAWES, S. S. Stewardship and usefulness: Policy principles for information-based transparency. **Government Information Quarterly**, v. 27, p. 377–38, 2010.
- DE GUIMARÃES, J.C.F.; SEVERO, E.A.; VASCONCELOS, C.R.M. The influence of entrepreneurial, market, knowledge management orientations on cleaner production and the sustainable competitive advantage. **Journal of Cleaner Production**, v. 174, p.1653–1663, 2018.
- DE JONG, M.; JOSS, S.; SCHRAVEN, D.; ZHAN, C.; WEIJNEN, M. Sustainable–Smart–Resilient– Low Carbon–Eco–Knowledge Cities: making sense of a multitude of concepts promoting sustainable urbanization. **Journal of Cleaner Production**, v. 19, n. 16, p. 25- 38, 2015.
- EBDON, C. F. A. Citizen Participation in budgeting theory. **Public Administration Review**, v. 3, n. 66, p.437-447, 2006.
- EMERSON, K.; NABATCHI, T; BALOGH, S. An Integrative Framework for Collaborative Governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, n.22, p. 1-29, 2011.
- FRANKLIN, A. L.; HO, A. T.; EBDON, C. Participatory budgeting in Midwestern states: Democratic connection or citizen disconnection? **Public Budgeting & Finance**, v. 3, n. 29, p. 52-73, 2009.
- GIFFINGER, R.; HAINDLMAIER, G.; KRAMAR, H. The role of rankings in growing city competition. **Urban Research & Practice**, v. 3, n. 3, p. 299-312, 2010.
- HARISSON, T. M. et al. Open government and e-government: Democratic challenges from a public value perspective. **Information Polity**, v. 17, p. 83-97, 2012.
- HAIR JR., J.F.; BLACK, W.C.; BARDIN, B. J.; ANDERSON, R.E. **Multivariate Data Analysis**, Prentice-Hall, New Jersey, 2007.
- HAIR JR., J. F.; BLACK, W.C.; BARDIN, B.J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**, 7 ed. Prentice Hall, New Jersey, 2010.
- HE, B. Civic engagement through participatory budgeting in china: three different logics at work. **Public Administration and Development**, n. 31, p. 122-133, 2011.
- HUNGTINTO, S. P. **The clash of civilizations and the remaking of World Order.** New York: Simon Press, 1996.
- KAMAKURA, W. A.; WEDEL, M. Factor analysis and missing data. **J. Mark. Res**, n. 37, v.4, p. 490 - 498. 2000.
- KLIMOVSKY, D.; PINTERIC, U.; SAPARNIENE, D. Human limitations to introduction of smart cities: comparative analysis from two cee cities. **Transylvanian Review of Administrative Sciences**, n. 47, p. 80-96, 2016.

MARÔCO, J. **Análise de Equações Estruturais: fundamentos teóricos, software & aplicações**. Lisboa: PSE, 2010.

MANARA, M. E.; NESPOLO, D.; ADAMI, R. B. S.; DOMÊNICO, D. D.; RAMOS, D. B. A Importância do Orçamento Público: Estudo de Caso do Município de Pinto Bandeira. **In: XVII Mostra de Iniciação Científica – Programa de pós-graduação em administração – UCS**, 2017.

MILER, B.K. Confirmatory factor analysis of the equity preference questionnaire. **J. Manag. Psychol**, n. 24, v. 4, p. 328 - 347, 2009.

NAM, T.; PARDO, T. A. Conceptualizing Smart City with Dimensions of Technology, People, and Institutions. **In: The Proceedings of the 12th Annual International Conference on Digital Government Research**, p. 282-291, 2011.

PIRES, V. Transparência, participação e orçamento participativo: reflexões a partir do caso brasileiro. **Temas de Administração Pública**, v. 4, n.5, p. 1- 14, 2010.

SANTOS, F. R.; JANKOSKI, A. R. M. C.; OLIVEIRA, A. G. & RASOTO, V. I. O orçamento-programa e a execução das políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 191-212, jan./mar. 2017.

SANTOS, A. O.; LOPES, D. M. A.; MONTE, L. F. O. Orçamento participativo como instrumento de gestão democrática e participativa: caso do município de Santarém-Pará. **In: IX Congresso Consad - Gestão Pública**. Brasília, 2016.

SALAHUDIN; ZUMITZAVAM, V. A relationship between local government and civic groups on Budget Planning in Malang City. **Advances in Social Science, Education na Humanities Research**. n. 84, p. 231 – 234, 2017.

SCHWARTZ, R.; DEANE, A. Deploying e-government programs: the strategic importance of “I” before “E”. **Info**, v. 5, n. 4, p. 10-19, 2003.

SEVERO, E. A.; DORION, E. C. H.; GUIMARÃES, J. C. F. Innovation and environmental sustainability: analysis in Brazilian metal-mechanic industry. **Int. J. Innovation and Sustainable Development**, v. 11, p. 230-248, 2017.

SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J.C.F.; DORION, E.C.H. Cleaner production, social responsibility and eco-innovation: Generations’ perception for a sustainable future. **Journal of Cleaner Production**, v. 186, p. 91–103, 2018.

TAVARES, A. F.; RODRIGUES, M. Los instrumentos de participación política y administrativa a nivel local: un análisis empírico de las opciones de los municipios portugueses. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 55, p. 1-19, 2013.

THIEL, S.; REISINGER, M.; RODERER, K.; FROHLICH, P. Playing (with) Democracy: A Review of Gamified Participation Approaches. **EJournal of eDemocracy and Open Government**, n. 8, v. 3, p. 32-60, 2016.

TYGEL, A. F.; ATTARD, J.; ORLANDI, F.; CAMPOS, M. L. M.; AUER, S. “How Much?” is not Enough: an Analysis of Open Budget. **In: ICEGOV**, p. 276-286, 2016.